

Comissão ouve governadores e decide alterar o Orçamento

BRASÍLIA — A Comissão Mista de Orçamento do Congresso decidiu assumir a responsabilidade de modificar a proposta orçamentária do Executivo para a cobrança da dívida externa dos Estados e Municípios, anunciou ontem o Presidente da Comissão, Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). A Comissão apresentará a seguinte proposta para o pagamento das dívidas a vencer em 1989: Estados que devem acima de CZ\$ 1 bilhão pagarão 25 por cento dos serviços e encargos; os que devem de CZ\$ 500 milhões a CZ\$ 1 bilhão, 20 por cento; de CZ\$ 300 milhões a CZ\$ 500 milhões, 10 por cento, e os que devem até CZ\$ 300 milhões farão a rolagem integral dos seus débitos. Além disso, todos os Estados rolarão toda a dívida que vence este ano, inclusive os juros.

A proposta de Orçamento do Executivo estabelecia que Estados e Municípios deveriam saldar no ano que vem 25 por cento do total de suas dívidas externas. Esta porcentagem representa CZ\$ 500 bilhões e foi incorporada ao Orçamento como expectativa de receita. A exigência foi considerada descabida pelos Governadores do PMDB, que se uniram num movimento contra as determinações do Executivo e passaram a atuar diretamente junto à Comissão de Orçamento. Segundo os Governadores, a fórmula do Governo condenearia os Estados, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, à ingovernabilidade.

A posição dos Governadores obteve o imediato apoio do Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, que se reuniu duas vezes com eles para discutir as diversas propostas dos Secretários estaduais de Fazenda para o problema. Na quarta-feira, depois de dez horas de negociações entre as partes envolvidas — Governadores, Comissão de Orçamento e Executivo — não foi possível chegar a um consenso.

Com a assessoria dos Secretários de Fazenda dos Estados mais endividados, o Relator-Geral da Comissão, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA),



Ulysses, cercado por Governadores, sorri ao saber da decisão da Comissão

chegou à fórmula que constará do relatório que vai divulgar hoje. A solução encontrada por Gabriel é a mesma que fora rejeitada pelos Ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu. A dívida a vencer no ano que vem será paga de forma escalonada, atingindo apenas os serviços e encargos dos débitos.

Para financiar a dívida, o Relator decidiu cortar cerca de CZ\$ 200 bilhões de duas rubricas: encargos financeiros do Banco Central e operações de crédito. E para possibilitar ao Governo recuperar parte do que vai perder com a nova forma de pa-

gamento da dívida, o relatório vai prever que o Executivo poderá manipular a rubrica referente à política de incentivos fiscais até o montante de CZ\$ 100 bilhões, com exceção das áreas da Sudam e Sudene.

O Deputado Cid Carvalho fez questão de enfatizar que a Comissão agiu movida pela necessidade de fazer justiça aos Estados.

— Esta Comissão não é do Governo, não é da oposição, mas da instituição. É claro que recebe pressões e é natural e salutar que isso aconteça. Mas estamos decidindo com base na análise fria da situação que nos foi colocada pelos Governadores.

Telefoto de Luiz Antônio